

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
---	---

Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	9
--	---

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	63
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	65
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.432.069
Preferenciais	3.432.069
Total	6.864.138
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	2.460.903	2.477.946
1.01	Ativo Circulante	36.863	51.473
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.947	21.787
1.01.03	Contas a Receber	21.937	22.998
1.01.03.01	Clientes	21.937	22.998
1.01.04	Estoques	2.732	2.104
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.962	1.899
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.962	1.899
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.764	2.164
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	521	521
1.01.08.03	Outros	521	521
1.02	Ativo Não Circulante	2.424.040	2.426.473
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	99.745	96.771
1.02.01.04	Contas a Receber	20.702	19.047
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	20.702	19.047
1.02.01.07	Tributos Diferidos	79.034	77.715
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	79.034	77.715
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9	9
1.02.03	Imobilizado	6.441	3.806
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.441	3.806
1.02.04	Intangível	2.317.854	2.325.896
1.02.04.01	Intangíveis	2.317.854	2.325.896
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.317.854	2.325.896

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	2.460.903	2.477.946
2.01	Passivo Circulante	242.023	261.351
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.707	6.077
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.707	6.077
2.01.02	Fornecedores	28.801	44.694
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.615	4.464
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	191.126	190.729
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	125.318	140.143
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	125.318	140.143
2.01.04.02	Debêntures	65.808	50.586
2.01.05	Outras Obrigações	11.774	15.387
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	4.363
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	4.363
2.01.05.02	Outros	11.774	11.024
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	985	1.099
2.01.05.02.05	Outros	933	865
2.01.05.02.06	Receita Diferida	9.856	9.060
2.02	Passivo Não Circulante	1.361.134	1.426.353
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.110.025	1.187.094
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	189.990	249.211
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	189.990	249.211
2.02.01.02	Debêntures	920.035	937.883
2.02.04	Provisões	212.524	200.130
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	71.097	66.887
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.412	7.624
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.785	5.016
2.02.04.01.05	Procedimentos arbitrais	56.900	54.247
2.02.04.02	Outras Provisões	141.427	133.243
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	141.427	133.243
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	38.585	39.129
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	38.585	39.129
2.02.06.02.01	Receita Diferida	38.585	39.129
2.03	Patrimônio Líquido	857.746	790.242
2.03.01	Capital Social Realizado	1.560.500	1.560.500
2.03.02	Reservas de Capital	253.000	167.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	253.000	167.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-955.754	-937.258

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	113.021	121.183
3.01.01	Receita operacional líquida	91.946	87.846
3.01.02	Receita de construção	21.075	33.337
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.592	-92.868
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-63.517	-59.531
3.02.02	Custo de construção	-21.075	-33.337
3.03	Resultado Bruto	28.429	28.315
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.842	-9.969
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.935	-9.985
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	93	16
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.587	18.346
3.06	Resultado Financeiro	-38.402	-42.136
3.06.01	Receitas Financeiras	999	1.251
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.401	-43.387
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-19.815	-23.790
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.319	1.221
3.08.02	Diferido	1.319	1.221
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.496	-22.569
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.496	-22.569
3.99.01.01	ON	-0,003	-0,009
3.99.01.02	PN	-0,003	-0,009
3.99.02.01	ON	0	-0,009
3.99.02.02	PN	0	-0,009

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-18.496	-22.569
4.03	Resultado Abrangente do Período	-18.496	-22.569

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.911	54.567
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	64.986	50.120
6.01.01.01	Prejuízo do período antes de imposto de renda e contribuição social	-19.815	-23.789
6.01.01.03	Depreciação e amortização	29.552	24.372
6.01.01.05	Provisão para manutenção	8.184	8.307
6.01.01.06	Provisão para riscos	4.210	-14
6.01.01.08	Variações monetárias, cambiais e encargos	39.602	41.458
6.01.01.09	Prejuízo na baixa de imobilizado e intangível	129	225
6.01.01.10	Provisão para devedores duvidosos	0	25
6.01.01.11	Constituição de outorga variável	3.124	-468
6.01.01.12	Outros	0	4
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-34.075	4.447
6.01.02.01	Créditos a receber	1.061	-774
6.01.02.02	Estoques	-629	-933
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-63	-79
6.01.02.04	Adiantamentos	400	-104
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-1.655	-95
6.01.02.07	Fornecedores	-25.690	-2.553
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	-849	-177
6.01.02.09	Salários e encargos sociais a recolher	631	372
6.01.02.11	Partes relacionadas	-4.363	6.218
6.01.02.12	Outros	-3.239	2.416
6.01.02.13	Receita diferida	254	173
6.01.02.14	Outras obrigações e contas a pagar	67	-17
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.612	-52.748
6.02.01	Aplicação Financeira	-24.134	-20.005
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-586	-196
6.02.03	Aquisição intangível	-13.892	-32.547
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.139	-12.705
6.03.03	Juros pagos	-63.216	-61.525
6.03.04	Pagamento de empréstimos	-28.923	-29.180
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	86.000	78.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.840	-10.886
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.787	13.861
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.947	2.975

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.560.500	167.000	0	-937.258	0	790.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.560.500	167.000	0	-937.258	0	790.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	86.000	0	0	0	86.000
5.04.01	Aumentos de Capital	0	86.000	0	0	0	86.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.496	0	-18.496
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.496	0	-18.496
5.07	Saldos Finais	1.560.500	253.000	0	-955.754	0	857.746

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.180.000	380.500	0	-945.632	0	614.868
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.180.000	380.500	0	-945.632	0	614.868
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	78.000	0	0	0	78.000
5.04.01	Aumentos de Capital	0	78.000	0	0	0	78.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.569	0	-22.569
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.569	0	-22.569
5.07	Saldos Finais	1.180.000	458.500	0	-968.201	0	670.299

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	121.702	129.741
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	100.607	96.388
7.01.02	Outras Receitas	20	16
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	21.075	33.337
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-52.670	-66.855
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-624	-756
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.861	-32.738
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-36	-24
7.02.04	Outros	-21.149	-33.337
7.02.04.01	Custos de construção	-21.075	-33.337
7.02.04.02	Outros	-74	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	69.032	62.886
7.04	Retenções	-29.552	-24.372
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.552	-24.372
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	39.480	38.514
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	999	1.251
7.06.02	Receitas Financeiras	999	1.251
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	40.479	39.765
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	40.479	39.765
7.08.01	Pessoal	6.820	6.543
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.948	4.623
7.08.01.02	Benefícios	1.472	1.561
7.08.01.03	F.G.T.S.	376	359
7.08.01.04	Outros	24	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.602	11.410
7.08.02.01	Federais	3.801	3.878
7.08.02.02	Estaduais	3.026	2.968
7.08.02.03	Municipais	4.775	4.564
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.553	44.381
7.08.03.01	Juros	39.602	43.174
7.08.03.02	Aluguéis	1.100	995
7.08.03.03	Outras	-149	212
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-18.496	-22.569
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-18.496	-22.569

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

1T20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA AUMENTA 4,7% NO 1T20
EBITDA AJUSTADO CRESCER 10,5% NO MESMO PERÍODO

DESTAQUES**INCREMENTO DE 4,7% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA DO 1T20 COMPARADA AO 1T19**

- No 1T20, apesar do incremento de 4,7% na receita líquida comparando com 1T19, a Companhia registrou uma redução de 2,8% nos VEPs. Reflexo do escoamento da safra da soja pela rodovia ter ocorrido com maior intensidade nos primeiros meses de 2020 em relação a 1T19, mas os impactos da pandemia da COVID-19 influenciaram negativamente no resultado. Os números de 25 a 31 de março, sob os efeitos da pandemia, são de queda de 52% nos VEPs leves e de 16% nos VEP pesados.

EBITDA AJUSTADO AUMENTOU 10,5% NOS TRÊS PRIMEIROS MESES DE 2020

- O crescimento do EBITDA do 1T20 está relacionado ao aumento verificado na Receita Operacional Líquida, beneficiada pela melhora na performance operacional ocorrida até o dia 24 de março e pelo reequilíbrio econômico-financeiro no contrato em junho/2019.

O RESULTADO DO EXERCÍCIO FICOU NEGATIVO EM R\$ 18,5 MILHÕES

- Na comparação com o 1T19, o prejuízo do 1T20 ficou menor, principalmente, pela melhora verificada no EBITDA Ajustado.

EVENTO SUBSEQUENTE: ALTERAÇÃO CONTROLE ACIONÁRIO

- Em 30 de abril de 2020, o controle acionário da CART foi transferido do Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

Indicadores Selecionados (Mil)	1T20	1T19	▲
VEPs¹	11 993	12 344	-2,8%
Receita Líquida Ajustada² (R\$)	91 946	87 846	4,7%
EBITDA Ajustado³ (R\$)	56 377	51 026	10,5%
Lucro/Prejuízo do Exercício (R\$)	(18 496)	(22 569)	-18,0%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

³ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

Bauru, 26 de junho de 2020. A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 1T20. Foram realizadas comparações com o mesmo período de 2019, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Informações relevantes sobre os efeitos adversos relacionados ao Coronavírus

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, causador da COVID-19. Esta declaração desencadeou uma série de decisões por governos e sociedades públicas e privadas para conter o avanço do vírus. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade e distanciamento social dentre outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Como consequência dos efeitos da pandemia do Coronavírus, a Companhia verificou queda significativa no tráfego de veículos, na ordem de 27% como pode ser visto com mais detalhes no Fato Relevante do dia 09 de abril de 2020.

Todavia, apesar da queda acentuada na demanda e das limitações estabelecidas pelo contrato de concessão, a Companhia está fazendo o necessário para manter a correta operação e manutenção dos negócios e os empregos. Nosso propósito, em meio a uma das maiores crises já vivenciadas na história, é manter o atendimento à sociedade, cuidando do nosso principal ativo, que são as pessoas. No entanto, não se pode negar que a manutenção do nível de serviço fará com que Companhia e demais empresas do segmento sofram forte pressão no fluxo de caixa, gerando consequências para o setor que já vem sendo castigado pelas crises anteriores.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, principalmente em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e dessa forma, ainda não conseguimos precisar quando vamos retornar aos níveis de normalidade nas operações. Com o suporte da controladora, a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar, estamos nos preparando tanto para uma situação de prolongamento da atual crise quanto para uma retomada imediata. Enquanto isso, manteremos nossos canais de comunicação com colaboradores, *stakeholders* e com o mercado em geral, mesmo que distante. Com o apoio da Invepar, tomaremos as medidas necessárias e possíveis para mitigar os efeitos negativos causados por essa crise e esperamos que as condições econômicas gerais e nos nossos negócios sejam restabelecidas brevemente.

Logo abaixo, em linha com a Recomendação nº 2 do CODIM (Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado), divulgamos informações importantes sobre o Grupo Invepar e a Companhia estão lidando com a situação causada pelo Coronavírus e como os seus negócios estão e poderão ser afetados.

Por fim, deixamos aberto nossos canais de comunicação indicados ao final deste Release e nos colocamos à disposição para sanar dúvidas e prestar outros esclarecimentos necessários.

Recomendações CODIM nº 2

INFORMAÇÕES RELEVANTES A SEREM COMUNICADAS A PÚBLICO

Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia instaurou um Comitê, formado pela Diretoria da Invepar, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira do Grupo, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19, utilizando para isso os meios legais de comunicação previstos na Instrução CVM 358/02, quais sejam Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes, publicados na página de relações com investidores da Companhia e também disponíveis nos websites da CVM e da B3.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A cada novo evento ou ocorrência relevante para os negócios da Companhia e relacionado aos efeitos do Coronavírus, a área de RI avalia a necessidade de divulgação de atualizações sobre o assunto ao mercado e propõe ao Diretor de Relações com Investidores a referida publicação.

Reflexos esperados nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia:

Para as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 2019, que devem ser lidas em conjunto com esta Informação Contábil Intermediária, a Companhia considerou os efeitos relacionados à propagação do Coronavírus como um evento subsequente, uma vez que o anúncio da OMS de que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, realizado em 11 de março de 2020, desencadeou uma série de decisões por governos e sociedades públicas e privadas para conter o avanço do vírus.

Para estas Informações Contábeis Intermediárias do trimestre encerrado em 31 de março de 2020, estão contemplados nos resultados os efeitos ocorridos em função da pandemia do novo Coronavírus. Entretanto, não houve efeitos relevantes nessas Informações Contábeis Intermediárias, exceto quanto:

- Receita de Serviços: O reconhecimento das receitas auferidas, no caso das receitas tarifárias, se dá pela tarifação do fluxo ou movimentação de veículos quando da efetiva utilização dos serviços, conforme contrato de concessão. Dessa forma, houve queda na demanda da ordem de 3%, conforme mencionado acima, minimizada pelo último reajuste tarifário ocorrido em julho de 2019, não sendo observada uma queda da receita no trimestre findo em 31 de março de 2020, conforme observado na Nota explicativa 16.
- Fluxos de Caixa: Impactos decorrentes, principalmente, da redução da Receita de Serviços, mencionada anteriormente.

Manutenção dos Negócios:

Comitê de Gestão de Crises, as áreas que participam e forma de atuação:

A Companhia instalou um Comitê de Gestão de Crises para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados ao Coronavírus com o objetivo de, dentre outros:

- Acompanhar os impactos causados pela pandemia nos setores de atuação;
- Traçar e definir as ações para mitigar esses impactos;
- Avaliar e implementar medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os colaboradores, familiares bem como para os usuários dos ativos sob gestão da Companhia.

O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia do novo Coronavírus, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos:

1º) Preservação da saúde e segurança das pessoas

- Adoção do Home Office para os colaboradores onde esta modalidade for possível;
- Afastamento dos colaboradores pertencentes aos grupos de risco;
- Adoção das medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações;
- Promover comunicação regular e transparente com todos os colaboradores; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- Veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos, avisos sonoros e mensagens nos canais digitais das empresas do Grupo.

2º) Comunicação com Stakeholders

- Manter o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios da Companhia;
- Estreitar relações com a cadeia de fornecedores, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais para a continuidade dos negócios;
- Revisão junto aos credores dos termos e condições pactuadas em contratos financeiros;
- Conversas estruturadas juntos aos poderes concedentes para reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão; e
- Consultas aos assessores legais para acompanhamento de potenciais passivos judiciais.

3º) Revisar a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios

- Avaliação do caixa e de necessidade de liquidez no curto e médio prazos;
- Monitoramento e resposta rápida aos riscos operacionais e financeiros;
- Acompanhamento e desenvolvimento de alternativas para a cadeia de suprimentos;
- Análise do impacto da crise no orçamento e no planejamento e continuidade dos negócios; e
- Monitoramento das iniciativas de suporte para as empresas e sociedade promovidas pelos governos, órgãos públicos e bancos de desenvolvimento.

4º) Resiliência e preparação para a recuperação

- Executar a estratégia de negócios revisada e seguir monitorando a situação;
- Tomar decisões e promover ações considerando um cenário de recuperação à frente; e
- Reavaliar e recalibrar as oportunidades de negócios.

Providências que estão sendo tomadas para preservar a saúde financeira da Companhia:

As ações voltadas para a saúde financeira e liquidez da Companhia face aos efeitos adversos nos negócios consequentes da pandemia do Coronavírus estão divididas em 2 momentos, quais sejam:

1º) Ganhar fôlego no curto prazo, com ações e frentes que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Renegociação com fornecedores;
- Otimização das operações;
- Postergação de pagamentos junto ao BNDES: Adesão ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento firmados pela CART, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



2º) Avaliação de eventuais soluções para o médio e longo prazos, com potenciais ações que precisam ser estruturadas e aprovadas junto a bancos, acionistas, credores e órgãos reguladores, visando o equilíbrio da situação financeira e da obtenção de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o âmbito regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu o Parecer nº 261/2020 à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, no qual conclui que a pandemia declarada pela OMS em maio do corrente ano se enquadra no conceito de força maior.

Sendo assim, a avaliação da Companhia é que os contratos devem ser reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e que tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários bem como a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificados eventos e condições que justificassem um aumento da perda esperada nos ativos financeiros para o fechamento das informações intermediárias de 31 de março de 2020.

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita, até o momento, que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	1T20	1T19	▲
VEPs¹	11.993	12.344	-2,8%
Veículos Leves	4.015	4.167	-3,6%
Veículos Pesados	7.979	8.177	-2,4%
Tráfego²	6.024	6.232	-3,3%
Veículos Leves	4.050	4.222	-4,1%
Veículos Pesados	1.861	1.898	-1,9%
Veículos Isentos	113	112	1,8%
Tarifa Média (R\$)	8,03	7,46	7,7%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

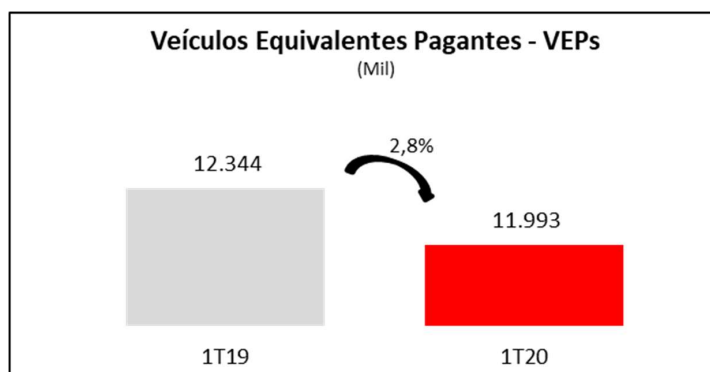
² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Mar/20 sobre Jan/Mar/19): Brasil	-7,0%	0,7%	-5,2%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram uma redução de 4,8% no fluxo total de veículos nos três primeiros meses do ano. Destaque para a queda de 7,0% em veículos leves, impactados pelos efeitos da COVID-19 no cenário mundial. Cabe mencionar que o fluxo de veículos nas rodovias administradas pela CART se assemelha ao perfil nacional, com maior volume de veículos pesados em relação aos veículos leves.

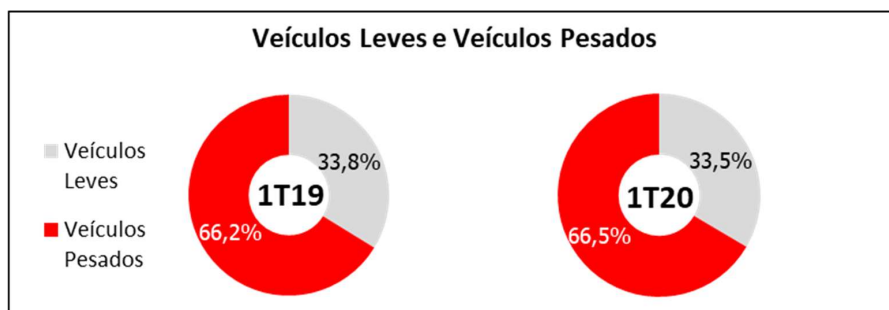


Nos três primeiros meses do ano, as nove praças de pedágio da CART registraram 12,0 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), uma redução de 2,8% na comparação com o mesmo período de 2019. A performance de veículos pesados representa cerca de 67% do tráfego e apresentaram queda de 2,4%. Em veículos leves o resultado também foi negativo, com queda de

3,6% no 1T20 comparado ao 1T19. Todo o tráfego de veículos pesados e leves nas rodovias administradas pela CART foi diretamente impactado pelos efeitos na COVID-19.

A proporção de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, manteve-se estável na comparação do 1T20 com o 1T19.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	1T20	1T19	▲
Receita Bruta	121 682	129 725	-6,2%
Receitas com Pedágio	96 300	92 043	4,6%
Receitas Acessórias	4 307	4 345	-0,9%
Receita de Construção (IFRS)	21 075	33 337	-36,8%
Receita Bruta Ajustada¹	100 607	96 388	4,4%
Deduções da Receita Bruta	(8 661)	(8 542)	1,4%
Receita Líquida Ajustada¹	91 946	87 846	4,7%

Em dezembro de 2018, o Poder Concedente reconheceu a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão da CART em função da decisão do Governo do Estado de São Paulo que, por meio da Resolução SLT 04/2018, revogou a cobrança de pedágio para eixos suspensos em todas as rodovias do Estado a partir de maio de 2018. O restabelecimento da condição original contrato de concessão de CART ocorreu por meio de reajuste tarifário vigente desde dezembro de 2018 em junho de 2019.

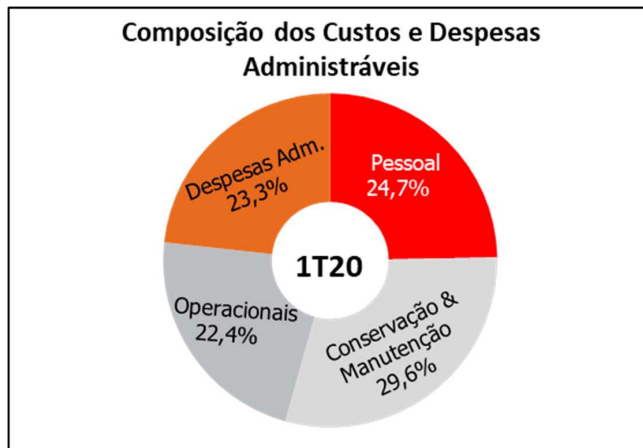
A Receita Líquida Ajustada do 1T20 aumentou 4,7% frente a verificada no 1T19. Nas Receitas com Pedágio, o aumento reflete os reajustes tarifários contratuais.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil)	1T20	1T19	▲
Pessoal	(8 042)	(7 681)	4,7%
Conservação & Manutenção Operacionais	(9 650)	(11 295)	-14,6%
Despesas Administrativas	(7 285)	(7 573)	-3,8%
	(7 573)	(7 387)	2,5%
Custos & Despesas Administráveis	(32 550)	(33 936)	-4,1%
Outorga Variável	(3 018)	(2 884)	4,6%
Depreciação & Amortização	(29 606)	(24 371)	21,5%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(65 174)	(61 191)	6,5%
Custo de Construção (IFRS)	(21 075)	(33 337)	-36,8%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8 184)	(8 308)	-1,5%
Custos & Despesas Operacionais	(94 433)	(102 836)	-8,2%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

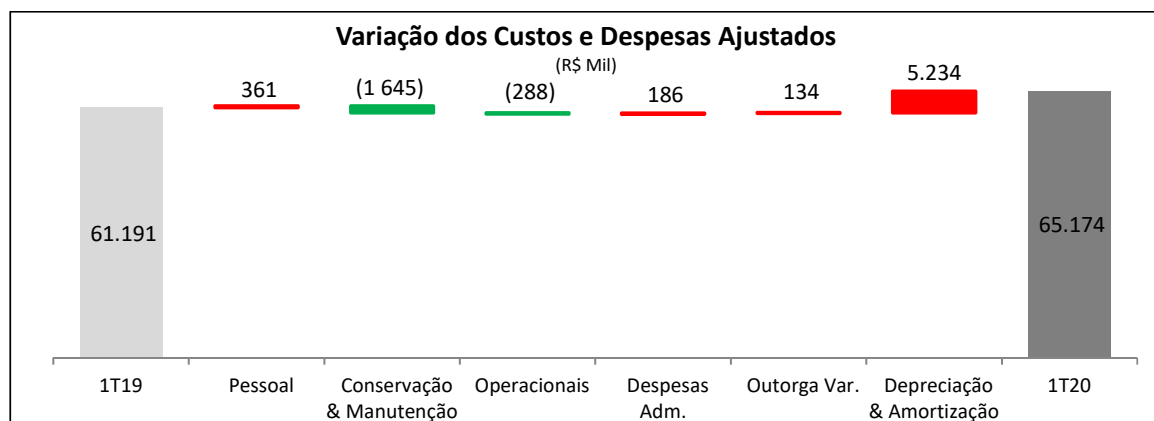
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Os Custos & Despesas Administráveis caíram 4,1% no 1T20 comparado ao 1T19. O aumento em Pessoal de R\$ 0,4 milhões se deu em função da reestruturação de atividades na Matriz Invepar. A queda na linha de Conservação & Manutenção é explicada pelos gastos com conservação de trechos recém implantados no primeiro trimestre de 2019. A variação dos custos Operacionais é explicada pelo aumento provocado pela reestruturação nas contas patrimoniais, com a ativação de Capex, resultando em depreciação

extraordinária.

Em Custos de Construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.



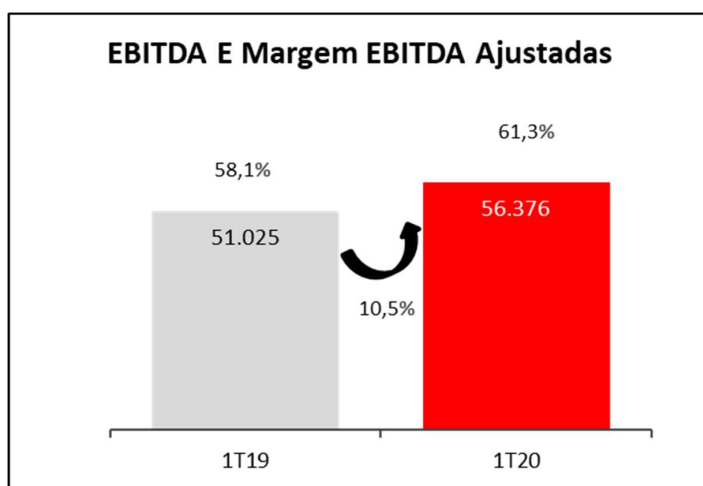
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



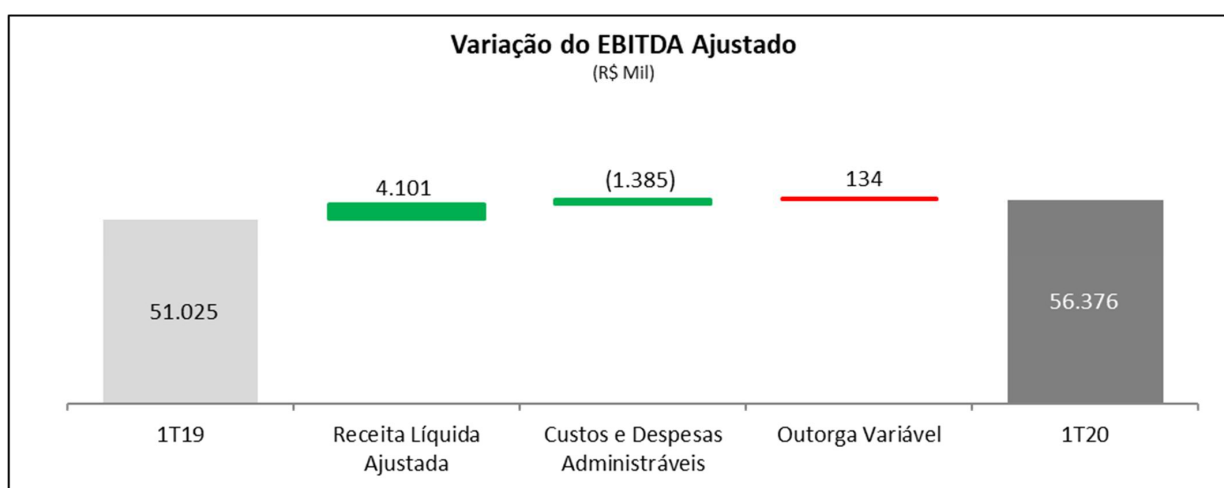
EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	1T20	1T19	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	(18.496)	(22.569)	-18,0%
Resultado Financeiro Líquido	38.402	42.136	-8,9%
IRPJ & CSLL	(1.319)	(1.221)	7,9%
Depreciação e Amortização	29.605	24.371	21,5%
EBITDA ICVM 527	48.192	42.717	12,8%
Margem EBITDA	42,6%	35,3%	-8,8p.p
Receita de Construção (IFRS)	(21.075)	(33.337)	-36,8%
Custo de Construção (IFRS)	21.075	33.337	-36,8%
Provisão de Manutenção (IFRS)	8.184	8.308	-1,5%
EBITDA Ajustado¹	56.376	51.025	10,5%
Margem EBITDA Ajustada¹	61,3%	58,1%	-1,3 p.p

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção



O EBITDA Ajustado do 1T20 foi de R\$ 56,4 milhões, 10,5% acima do verificado no mesmo período de 2019. Esta melhora no resultado é explicada pelo aumento na Receita Líquida no mesmo período analisado.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

Inflação e Juros	1T20	1T19	▲
IPCA Últimos 12 meses	3,30%	4,58%	-1,28 pp
CDI Final do Período	3,65%	6,40%	-2,75 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	5,42%	6,34%	-0,92 pp
TJLP Final Período	5,09%	7,03%	-1,94 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	5,72%	6,79%	-1,07 pp

<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

https://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v04_10_03_consulta.asp

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamaneto/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

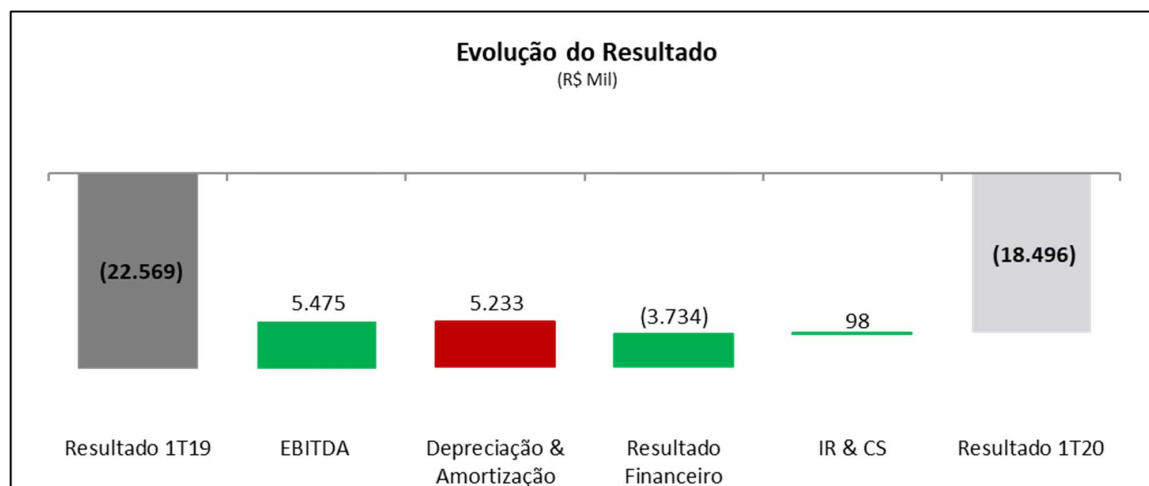
Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T20	1T19	▲
Resultado Financeiro	(38.402)	(42.136)	-8,9%
Receitas Financeiras	999	1.251	-20,2%
Juros sobre Aplicações Financeiras	932	1.232	-24,4%
Outros	35	19	88,9%
Despesas Financeiras	(39.401)	(43.387)	-9,2%
Juros	(23.904)	(29.342)	-18,5%
Varição Monetária	(15.162)	(13.458)	12,7%
Outros	(335)	(221)	51,6%

O Resultado Financeiro Líquido melhorou 8,9% no 1T20 comparado ao 1T19, principalmente, por conta da queda nas despesas com juros.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	1T20	1T19	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(18.496)	(22.569)	-18,0%

O resultado do 1T20 foi de Prejuízo Líquido de R\$ 18,5 milhões, melhor quando comparado ao resultado do 1T19. Esta melhora é explicada, principalmente, pelo aumento do EBITDA Ajustado no mesmo período.



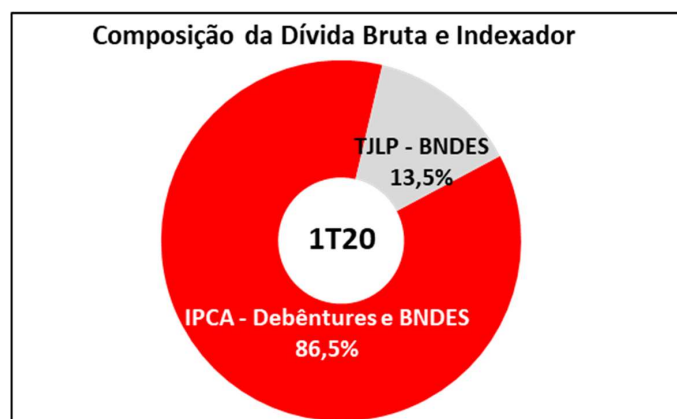
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	1T20	1T19	▲
Dívida Bruta	(1 301 152)	(1 377 824)	-5,6%
Curto Prazo	(191 126)	(190 729)	0,2%
Empréstimos e Financiamentos	(125 318)	(140 143)	-10,6%
Debêntures	(65 808)	(50 586)	30,1%
Longo Prazo	(1 110 026)	(1 187 095)	-6,5%
Empréstimos e Financiamentos	(189 991)	(249 212)	-23,8%
Debêntures	(920 035)	(937 883)	-1,9%
Disponibilidades	104 008	104 119	-0,1%
Caixa e equivalentes de caixa	7 947	21 787	-63,5%
Aplicações Financeiras Vinculadas ¹	96 061	71 928	33,6%
Dívida Líquida Ajustada	(1 197 144)	(1 287 624)	-7,0%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado comprometidos



A Dívida Bruta reduziu 5,6% no 1T20 em função do cronograma de amortizações sem contrapartida de novas captações.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	1T20	1T19	▲
Investimento Total	24 313	11 862	105,0%
Imobilizado	322	155	107,7%
Intangível	33 787	13 809	144,7%
Direito de Concessão (Investimento)	33 787	13 809	144,7%
(-) Transação Não Caixa	(9 796)	(7 955)	23,1%

No 1T20 foram investidos R\$ 14,5 milhões, destinados, principalmente, às revitalizações viárias, além de projetos voltados para segurança.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



SOBRE A COMPANHIA

A CART



A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O Grupo Invepar venceu a concorrência internacional realizada pelo governo do Estado de São Paulo em outubro, oferecendo a menor tarifa de pedágio.

O Corredor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná. Por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	1T20	1T19	▲
Receita Bruta	121.682	129.725	-6,2%
Receitas com Pedágio	96.300	92.043	4,6%
Receitas Acessórias	4.307	4.345	-0,9%
Receita de Construção (IFRS)	21.075	33.337	-36,8%
Deduções da Receita Bruta	(8.661)	(8.542)	1,4%
Receita Líquida	113.021	121.183	-6,7%
Custos & Despesas	(94.435)	(102.838)	-8,2%
Pessoal	(8.042)	(7.680)	4,7%
Conservação & Manutenção	(9.650)	(11.296)	-14,6%
Operacionais	(7.285)	(7.575)	-3,8%
Outorga Variável	(3.018)	(2.884)	4,6%
Despesas Administrativas	(7.577)	(7.387)	2,6%
Custo de Construção (IFRS)	(21.075)	(33.337)	-36,8%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.184)	(8.308)	-1,5%
Depreciação & Amortização	(29.604)	(24.371)	21,5%
RESULTADO OPERACIONAL	18.587	18.345	1,3%
Resultado Financeiro	(38.402)	(42.136)	-8,9%
Receitas Financeiras	999	1.251	-20,1%
Juros sobre Aplicações Financeiras	964	1.232	-21,8%
Outros	35	19	88,9%
Despesas Financeiras	(39.401)	(43.386)	-9,2%
Juros	(23.904)	(27.780)	-14,0%
Variação Monetária	(15.162)	(15.401)	n.m
Outros	(335)	(205)	63,4%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(19.815)	(23.791)	-16,7%
Imposto de Renda Diferido	970	898	7,9%
Contribuição Social Diferida	349	323	8,0%
IR & CSL	1.319	1.221	7,9%
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO	(18.496)	(22.569)	-18,0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	1T20	4T19
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7 947	21 787
Créditos a receber	21 937	22 998
Estoques	2 732	2 104
Impostos a recuperar	1 962	1 899
Adiantamentos	1 764	2 164
Partes relacionadas	521	521
Total do Circulante	36 863	51 473
Ativo não Circulante		
Impostos diferidos ativos	79 034	77 715
Depósitos judiciais	20 702	19 047
Outros	9	9
Imobilizado	6 441	3 807
Intangível	2 317 854	2 325 896
Total do Não Circulante	2 424 040	2 426 474
TOTAL DO ATIVO	2 460 903	2 477 946

Passivo (R\$ Mil)	1T20	4T19
Passivo Circulante		
Fornecedores	28 801	44 694
Empréstimos e financiamentos	125 318	140 143
Debêntures	65 808	50 586
Impostos a recolher	3 615	4 464
Obrigações com empregados e administradores	6 707	6 077
Concessão de serviço público	985	1 099
Partes relacionadas	-	4 363
Receita Diferida	10 789	9 924
Total do Circulante	242 023	261 351
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	189 991	249 212
Debêntures	920 035	937 883
Provisão para riscos processuais	71 097	66 887
Receita diferida	38 585	39 129
Provisão para manutenção	141 425	133 243
Total do Não Circulante	1 361 134	1 426 353
TOTAL DO PASSIVO	1 603 157	1 687 704
Patrimônio Líquido		
Capital social	1 560 500	1 560 500
Adiantamento para futuro aumento de capital	253 000	167 000
Prejuízos Acumulados	(955 754)	(937 258)
Total do Patrimônio Líquido	857 746	790 242
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2 460 903	2 477 946

Notas Explicativas



CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

Relatório de Revisão das Informações
Trimestrais acompanhado das Informações
Contábeis Intermediárias

Em 31 de março de 2020

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças

Notas Explicativas

iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 31 de março de 2020 a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$205.160 (R\$209.878 em 31 de dezembro de 2019), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$191.126.

Em complemento a geração de fluxo de caixa das operações projetado, para a concretização do seu plano de negócio, a Companhia possui dependência de aportes do acionista.

A CART em 31 de março de 2020 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”), porém conforme mencionado na última Demonstração Financeira publicada, em 19 de dezembro de 2019, a INVEPAR assinou o contrato de Compra e Venda de ações para a venda de 100% de sua participação na Companhia.

Em 23 de abril de 2020 todas as condições precedentes foram cumpridas e no dia 30 do mesmo mês a operação de venda da Companhia foi concluída e seu controle acionário transferido para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

1.2 Efeitos da pandemia da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, causador da COVID-19. Esta declaração desencadeou uma série de decisões por governos e sociedades públicas e privadas para conter o avanço do vírus. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Como consequência dos efeitos da pandemia do Coronavírus, a Companhia verificou, ainda em março de 2020, queda significativa no seu desempenho operacional, especificamente na última semana referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020 quando comparado com o mesmo período de 2019, conforme segue:

(VEP mil)

COMPANHIA	1T2020	1T2019	%	25 a 31 mar-20	25 a 31 mar-19	%
CART	11.993	12.344	(3%)	695	948	(27%)

Essa situação se agravou nos meses subsequentes a 31 de março de 2020, onde a Companhia verificou queda significativa no desempenho operacional dos seus ativos, da ordem de 28% em abril e 18% em maio, como pode ser observada na Nota explicativa nº 22 – Eventos Subsequentes.

Todavia, apesar da queda acentuada na demanda e das limitações estabelecidas pelos contratos de concessão, a Companhia está fazendo o necessário para manter a correta operação e manutenção dos negócios e empregos. Nosso propósito, em meio a uma das maiores crises já vivenciadas na história, é manter o atendimento à sociedade, cuidando do nosso principal ativo, que são as pessoas. No entanto, não se pode negar que a manutenção do nível de serviço fará com que Companhia e demais empresas

Notas Explicativas

do segmento sofram forte pressão no fluxo de caixa, gerando consequências para o setor, que já vem sendo castigado pelas crises anteriores.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, principalmente em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, ainda não conseguimos precisar quando vamos retornar aos níveis de normalidade nas operações. Estamos nos preparando tanto para uma situação de prolongamento da atual crise quanto para uma retomada imediata. Enquanto isso, manteremos nossos canais de comunicação com colaboradores, *stakeholders* e com o mercado em geral, mesmo que distante. Tomaremos as medidas necessárias e possíveis para mitigar os efeitos negativos causados por essa crise e esperamos que as condições econômicas gerais e nos nossos negócios sejam restabelecidas brevemente.

Reflexos esperados nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia:

Para as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 2019, que devem ser lidas em conjunto com esta Informação Contábil Intermediária, a Companhia considerou os efeitos relacionados à propagação do Coronavírus como um evento subsequente, uma vez que o anúncio da OMS de que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, realizado em 11 de março de 2020, desencadeou uma série de decisões por governos e sociedades públicas e privadas para conter o avanço do vírus.

Para estas Informações Contábeis Intermediárias do trimestre encerrado em 31 de março de 2020, estão contemplados nos resultados os efeitos ocorridos em função da pandemia do novo Coronavírus. Entretanto, não houve efeitos relevantes nessas Informações Contábeis Intermediárias, exceto quanto:

- Receita de Serviços: O reconhecimento das receitas auferidas, no caso das receitas tarifárias, se dá pela tarifação do fluxo ou movimentação de veículos quando da efetiva utilização dos serviços, conforme contrato de concessão. Dessa forma, houve queda na demanda da ordem de 3%, conforme mencionado acima, minimizada pelo último reajuste tarifário ocorrido em julho de 2019, não sendo observada uma queda da receita no trimestre findo em 31 de março de 2020, conforme observado na Nota explicativa 16.
- Fluxos de Caixa: Impactos decorrentes, principalmente, da redução da Receita de Serviços, mencionada anteriormente.

Manutenção dos Negócios:

Comitê de Gestão de Crises, as áreas que participam e forma de atuação:

A Companhia instalou um Comitê de Gestão de Crises para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados ao Coronavírus com o objetivo de, dentre outros:

- Acompanhar os impactos causados pela pandemia nos setores de atuação;
- Traçar e definir as ações para mitigar esses impactos;
- Avaliar e implementar medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os colaboradores e familiares, bem como para os usuários dos ativos sob gestão da Companhia.

O comitê também reporta semanalmente ao Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Outros comitês foram instalados para auxiliar o Conselho de Administração em seus processos decisórios, contribuindo para maior assertividade e agilidade na gestão:

São eleso Comitê de Finanças e Investimentos, Comitê de Pessoas e Organização, Comitê de Compliance além do Comitê de Gestão.

O Comitê de Finanças e Investimentos faz avaliações sobre investimentos e demais matérias financeiras. Seus pareceres estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração.

O Comitê de Pessoas e Organização avalia as políticas e os programas vigentes, além de acompanhar e revisar as questões relacionadas à gestão de pessoas e organização.

O Comitê de Gestão trata das matérias estratégicas relacionadas ao ativo. Seus pareceres estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração.

Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia do novo Coronavírus, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos:

1º) Preservação da saúde e segurança das pessoas

- Adoção do *Home Office* para os colaboradores onde esta modalidade for possível;
- Afastamento dos colaboradores pertencentes aos grupos de risco;
- Adoção das medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações;
- Promover comunicação regular e transparente com todos os colaboradores; e
- Veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos, avisos sonoros e mensagens nos canais digitais da Companhia.

2º) Comunicação com *Stakeholders*

- Manter o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios da Companhia;
- Estreitar relações com a cadeia de fornecedores, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais para a continuidade dos negócios;
- Revisão junto aos credores dos termos e condições pactuadas em contratos financeiros;
- Conversas estruturadas junto aos poderes concedentes para reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão; e
- Consultas aos assessores legais para acompanhamento de potenciais passivos judiciais.

3º) Revisar a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios

- Avaliação do caixa e de necessidade de liquidez no curto e médio prazos;
- Monitoramento e resposta rápida aos riscos operacionais e financeiros;
- Acompanhamento e desenvolvimento de alternativas para a cadeia de suprimentos;
- Análise do impacto da crise no orçamento e no planejamento e continuidade dos negócios; e
- Monitoramento das iniciativas de suporte para as empresas e sociedade promovidas pelos governos, órgãos públicos e bancos de desenvolvimento.

4º) Resiliência e preparação para a recuperação

Notas Explicativas

- Executar a estratégia de negócios revisada e seguir monitorando a situação;
- Tomar decisões e promover ações considerando um cenário de recuperação à frente; e
- Reavaliar e recalibrar as oportunidades de negócios.

Providências que estão sendo tomadas para preservar a saúde financeira da Companhia:

As ações voltadas para a saúde financeira e liquidez da Companhia face aos efeitos adversos nos negócios consequentes da pandemia do Coronavírus estão divididas em 2 momentos, quais sejam:

1º) Ganhar fôlego no curto prazo, com ações e frentes que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Renegociação com fornecedores;
- Otimização das operações;
- Postergação de pagamentos junto ao BNDES: Adesão, a partir de 15 de abril de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento firmados pela CART, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil (Vide montantes envolvidos Nota explicativa nº 9).

2º) Avaliação de eventuais soluções para o médio e longo prazos, com potenciais ações que precisam ser estruturadas e aprovadas junto a bancos, acionistas, credores e órgãos reguladores, visando o equilíbrio da situação financeira e da obtenção de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o âmbito regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu o Parecer nº 261/2020 à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, no qual conclui que a pandemia declarada pela OMS em maio do corrente ano se enquadra no conceito de força maior.

Sendo assim, a avaliação da Companhia é que os contratos devem ser reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e que tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários bem como a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificados eventos e condições que justificassem um aumento da perda esperada nos ativos financeiros para o fechamento das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2020.

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas Explicativas

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita, até o momento, que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

Tributos a recolher

Para mitigar os efeitos adversos do fluxo de caixa, a Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição Previdenciária Patronal, das competências de março, abril e maio de 2020, cujos vencimentos foram postergados para agosto, outubro e novembro de 2020 respectivamente, por meio da Portaria 139, de 03 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 26 de junho de 2020:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2019”), publicadas na imprensa oficial em 25 de março de 2020.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

2.1. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	7.947	3.313
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	18.474
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.947</u>	<u>21.787</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de março de 2020, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 95,64% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 98,53% em 31 de dezembro de 2019).

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
AVI (a)	16.052	21.128
Vale pedágio	1.050	854
Locação de fibra óptica	3.911	446
Outros	924	570
Total	<u>21.937</u>	<u>22.998</u>

(a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 19 dias.

	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos			
			< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias
31 de março de 2020	21.937	21.903	4	-	-	29
31 de dezembro de 2019	22.998	22.964	2	3	-	29

Notas Explicativas

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	31/03/2020	31/12/2019
IRRF sobre aplicações financeiras	32	1.899
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	1.930	-
Total circulante	<u>1.962</u>	<u>1.899</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal	105.738	105.738
Base negativa	38.065	38.065
Total do ativo fiscal diferido	<u>143.803</u>	<u>143.803</u>
Amortização de direito de concessão	(44.044)	(44.624)
Custo de Captação	(10.933)	(11.543)
Margem de construção	(8.023)	(8.128)
Margem de construção (Lei 12.973)	(1.769)	(1.793)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(64.769)</u>	<u>(66.088)</u>
Total	<u>79.034</u>	<u>77.715</u>

O saldo do IRPJ e CSLL diferidos não constituídos totalizam o montante de R\$267.659 (R\$262.298 saldo em 31 de dezembro de 2019).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	31/03/2020
2020 a 2022	626
2022 a 2024	2.083
2025 a 2027	22.432
2028 em diante	118.662
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>143.803</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(64.769)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>79.034</u>

Notas Explicativas

c) Tributos a recolher

	31/03/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	1.229	1.386
ISS	1.970	2.425
IRRF e CSRF	194	371
INSS sobre terceiros	222	282
Total circulante	<u>3.615</u>	<u>4.464</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/03/2020	31/03/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(19 815)	(23 790)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>6 737</u>	<u>8 089</u>
Adições permanentes	(57)	(57)
Adições temporárias	(5 193)	(4 985)
Exclusões temporárias	2 214	2 455
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	<u>(2 382)</u>	<u>(4 280)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado	<u>1 319</u>	<u>1 221</u>
Impostos diferidos	1 319	1 221
Total dos impostos diferidos	<u>1 319</u>	<u>1 221</u>

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Notas Explicativas

Composição

31/03/2020					
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Resultado
			Circulante		Despesa
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas	Coligada	521		-
INVE PAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-		(5.401)
Total			<u>521</u>		<u>(5.401)</u>

31/12/2019					
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo
			Circulante	Circulante	Despesa
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas	Coligada	521	-	-
INVE PAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	4.363	(6.215)
			<u>521</u>	<u>4.363</u>	<u>(6.215)</u>

(*) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração da Administração

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Composição	31/03/2020	31/03/2019
Pró-labore	153	139
Bônus variáveis	-	15
Encargos	31	28
Outros benefícios	50	18
Total	<u>234</u>	<u>200</u>

Notas Explicativas

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	31/03/2020
Custo						
Instalações	25	165	-	-	2	167
Máquinas e equipamentos	10	6.482	329	-	504	7.315
Móveis e utensílios	10	4.149	-	-	68	4.217
Veículos	5	3.846	-	(131)	-	3.715
Equipamentos de informática	5	40.759	254	-	2.038	43.051
Ferramentas e aparelhos	5	331	1	-	-	331
		<u>55.732</u>	<u>584</u>	<u>(131)</u>	<u>2.612</u>	<u>58.796</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(51)	(2)	-	-	(53)
Máquinas e equipamentos		(5.893)	(128)	-	-	(6.021)
Móveis e utensílios		(3.807)	(20)	-	-	(3.827)
Veículos		(3.404)	(39)	58	-	(3.385)
Equipamentos de informática		(38.444)	(299)	-	-	(38.743)
Ferramentas e aparelhos		(327)	(1)	-	-	(328)
		<u>(51.926)</u>	<u>(489)</u>	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>(52.357)</u>
Imobilizado líquido		<u>3.806</u>	<u>95</u>	<u>(73)</u>	<u>2.612</u>	<u>6.441</u>

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2019
Custo						
Instalações	25	165	-	-	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.396	86	-	-	6.482
Móveis e utensílios	10	4.025	124	-	-	4.149
Veículos	5	3.621	-	(123)	348	3.846
Equipamentos de informática	5	39.820	939	-	-	40.759
Ferramentas e aparelhos	5	329	2	-	-	331
		<u>54.356</u>	<u>1.151</u>	<u>(123)</u>	<u>348</u>	<u>55.732</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(45)	(7)	-	-	(51)
Máquinas e equipamentos		(5.491)	(402)	-	-	(5.893)
Móveis e utensílios		(3.721)	(87)	-	-	(3.807)
Veículos		(3.226)	(300)	123	-	(3.404)
Equipamentos de informática		(36.948)	(1.496)	-	-	(38.444)
Ferramentas e aparelhos		(322)	(4)	-	-	(327)
		<u>(49.753)</u>	<u>(2.296)</u>	<u>123</u>	<u>-</u>	<u>(51.926)</u>
Imobilizado líquido		<u>4.603</u>	<u>(1.145)</u>	<u>-</u>	<u>348</u>	<u>3.806</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

Notas Explicativas

8. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31/12/2019	Adições	Transferência	31/03/2020
Custo					
Software	5	10.713	-	82	10.795
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.427.435	23.688	(2.694)	2.448.429
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		<u>3.072.168</u>	<u>23.688</u>	<u>(2.612)</u>	<u>3.093.244</u>
Amortização					
Software		(9.990)	(119)	-	(10.109)
Marcas e patentes		(18)	(1)	-	(19)
Direito de concessão		(508.765)	(23.714)	-	(532.479)
Outorga fixa		(227.499)	(5.284)	-	(232.783)
Amortização acumulada		<u>(746.272)</u>	<u>(29.118)</u>	<u>-</u>	<u>(775.390)</u>
Intangível líquido		<u>2.325.896</u>	<u>(5.430)</u>	<u>(2.612)</u>	<u>2.317.854</u>

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2019
Custo						
Software	5	10.713	-	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.285.330	142.984	(531)	(348)	2.427.435
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	-	634.000
		<u>2.930.063</u>	<u>142.984</u>	<u>(531)</u>	<u>(348)</u>	<u>3.072.168</u>
Amortização						
Software		(9.417)	(573)	-	-	(9.990)
Marcas e patentes		(16)	(2)	-	-	(18)
Direito de concessão		(427.661)	(81.118)	14	-	(508.765)
Outorga fixa		(206.366)	(21.133)	-	-	(227.499)
Amortização acumulada		<u>(643.460)</u>	<u>(102.826)</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>(746.272)</u>
Intangível líquido		<u>2.286.603</u>	<u>40.158</u>	<u>(517)</u>	<u>(348)</u>	<u>2.325.896</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

Notas Explicativas

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2019	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/03/2020
		Principal	Juros				
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	81.957	(20.267)	(6.054)	3.751	-	22.267	81.655
Sênior - BNDES - IPCA	58.186	(42.949)	(22.870)	5.301	3.315	42.681	43.663
Total	140.143	(63.216)	(28.924)	9.052	3.315	64.948	125.318
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	134.256	-	-	-	-	(22.267)	111.989
Sênior - BNDES - IPCA	186.259	-	-	-	-	(42.681)	143.578
Total	320.515	-	-	-	-	(64.948)	255.567
Total geral	460.658	(63.216)	(28.924)	9.052	3.315	-	380.885
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(71.304)						(65.577)
Dívida líquida	389.354						315.308

	31/12/2018	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2019
		Principal	Juros				
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	81.741	(80.949)	(22.326)	22.115	555	80.821	81.957
Sênior - BNDES - IPCA	59.417	(41.371)	(22.060)	20.543	2.646	39.011	58.186
Total	141.158	(122.320)	(44.386)	42.658	3.201	119.832	140.143
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	212.679	-	-	-	2.398	(80.821)	134.256
Sênior - BNDES - IPCA	218.100	-	-	-	7.170	(39.011)	186.259
Total	430.779	-	-	-	9.568	(119.832)	320.515
Total geral	571.937	(122.320)	(44.386)	42.658	12.769	-	460.658
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(72.473)						(71.304)
Dívida líquida	499.464						389.354

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/03/2020
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	42.716
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	63.101
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	87.827
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	15/03/2023	42.824
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	17/03/2025	144.417
Subtotal				380.885
Aplicações financeiras vinculadas				(65.577)
Empréstimos e financiamentos líquidos				315.308

Parcelas do circulante 125.318
Parcelas do não circulante 189.990

Notas Explicativas

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2019</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	63.023
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	72.261
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	94.421
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	56.215
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	174.738
Subtotal				460.658
Aplicações financeiras vinculadas				(71.304)
Empréstimos e financiamentos líquidos				389.354
			Parcelas do circulante	140.143
			Parcelas do não circulante	249.211

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 31 de março de 2020. As aplicações financeiras no montante de R\$ 65.577 em 31 de dezembro de 2019 (R\$71.304 em 31 de dezembro de 2019) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

(**) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Certificados de Depósitos Bancários					
Pós- fixado					
Compromissadas com BNDES	94,00%	CDI	Dez/22	65.577	71.304

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 94,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2019, a taxa média de 95,00% do CDI).

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Notas Explicativas

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de março de 2020 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2019), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

10. DEBÊNTURES

	31/12/2019	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/03/2020
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	57.806	-	-	-	14.781	1.135	(500)	73.222
Custos a amortizar	(7.220)	1.795	-	-	-	-	(1.989)	(7.414)
Total	50.586	1.795	-	-	14.781	1.135	(2.489)	65.808
Passivo não circulante								
Debêntures	965.237	-	-	-	-	9.523	500	975.260
Custos a amortizar	(26.730)	-	-	-	-	-	1.989	(24.741)
Total	938.507	-	-	-	-	9.523	2.489	950.519
Total geral	989.093	1.795	-	-	14.781	10.658	-	1.016.327
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(624)							(30.484)
Dívida líquida	988.469							985.843

Notas Explicativas

	31/12/2018	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2019
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	23.007	-	(15.000)	(68.525)	61.716	18.593	38.015	57.806
Custos a amortizar	(6.118)	5.598	-	-	-	520	(7.220)	(7.220)
Total	16.889	5.598	(15.000)	(68.525)	61.716	19.113	30.795	50.586
Passivo não circulante								
Debêntures	984.104	-	-	-	-	19.148	(38.015)	965.237
Custos a amortizar	(33.950)	-	-	-	-	7.220	(26.730)	(26.730)
Total	950.154	-	-	-	-	19.148	(30.795)	938.507
Total geral	967.043	5.598	(15.000)	(68.525)	61.716	38.261	-	989.093
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(7.020)							(624)
Dívida líquida	960.023							988.469

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$30.484 em 31 de março de 2020 (R\$624 em 31 de dezembro de 2019) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 94,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2019, a taxa de 95,00% do CDI).

	Taxa	Indexador	Vencimentos	31/03/2020	31/12/2019
Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado Compromissadas com Debêntures	94,00%	CDI	Dez/22	30.484	624

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/03/2020
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	531.054
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	517.428
(-) Custos de transação - Debêntures				(32.155)
Subtotal				1.016.327
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(30.484)
Debêntures líquidas				985.843
Parcelas do circulante				65.808
Parcelas do não circulante				920.035

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2019
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	518.317
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	504.726
(-) Custos de transação - Debêntures				(33.950)
Subtotal				989.093
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(624)
Debêntures líquidas				988.469
Parcelas do circulante				50.586
Parcelas do não circulante				937.883

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000.

Notas Explicativas

A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2020 é de R\$32.155 (R\$33.950 em 31 de dezembro de 2019).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou o rating da emissora e o rating atribuído às Debêntures CART, ambos passando de ‘brA-’ para ‘brBB-’ em Escala Nacional Brasil, permanecendo ambos com CreditWatch negativo. Esta ação de rating decorreu do rebaixamento da classificação de risco da INVEPAR, que passou de ‘B’ para ‘CCC+’ na Escala Global e de ‘brA-’ para ‘brBB-’ na Escala Nacional Brasil.

Neste sentido a Companhia convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) para o dia 16 de abril de 2019, de forma a deliberarem sobre a declaração, ou não, de vencimento antecipado da Emissão. Os debenturistas da 2ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, mas não houve quórum de aprovação dos debenturistas da 1ª série. Com isso, houve suspensão da AGD que foi retomada no dia 5 de junho de 2019. Nessa data, os debenturistas da 1ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, com as seguintes condições:

- a) A CART pagou aos debenturistas um prêmio (flat) sobre o saldo atualizado das Debêntures na data da aprovação do *Waiver*; e
- b) A cada início de trimestre após a realização da AGD, a CART se comprometeu a aportar em conta corrente cedida fiduciariamente aos Debenturistas no âmbito da Emissão, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (Valor Nominal Unitário + Remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão.

As aprovações para não declaração do vencimento antecipado foram através da renúncia temporária da cláusula de rebaixamento de rating pelo prazo de 24 meses, com pagamento de “waiver fee” e sem repactuação de taxas.

As Debêntures CART possuem garantias compartilhadas com dívidas contraídas pela CART junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

Notas Explicativas

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

Hipóteses de Vencimento Cruzado

Em 31/12/2019, os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuíam cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

Em 30/04/2020, devido a mudança do controle acionário, a hipótese de vencimento cruzado (*Cross Default*) das obrigações financeiras da CART foi excluído (vide nota 1.1 no Contexto Operacional).

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;

Notas Explicativas

iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de março de 2020 é de R\$985 (R\$1.099 em 31 de dezembro de 2019).

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2020, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$3.133 (R\$9.147 em 31 de dezembro de 2019) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$42.600. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$157.732. Vigência de 12 meses, endossada por mais 92 dias após o fim da vigência.

12. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Notas Explicativas

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2019	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/03/2020
Trabalhistas	7 614	684	(198)	302	8 402
Cíveis	5 016	1 300	(903)	372	5 785
Procedimentos Arbitrais	54 257	29	(1)	2 625	56 910
Total	66 887	2 013	(1 102)	3 299	71 097

Natureza do risco	31/12/2018	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/12/2019
Trabalhistas	4 914	4 391	(1 961)	270	7 614
Cíveis	2 733	6 824	(4 905)	364	5 016
Procedimentos Arbitrais (a)	50 125	4 132	-	-	54 257
Total	57 772	15 347	(6 866)	634	66 887

Composição do risco

Natureza do risco	31/03/2020		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	8.402	14.957	23.359
Cíveis	5.785	16.394	22.179
Tributária	-	609	609
Procedimentos Arbitrais	56.910	125.512	182.422
Ambiental	-	39.054	39.054
Total	71.097	196.526	267.623

Natureza do risco	31/12/2019		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	7.624	20.831	28.455
Cíveis	5.016	21.180	26.196
Tributário	-	592	592
Procedimentos Arbitrais	54.257	119.742	173.999
Ambiental	-	32.547	32.547
Total	66.897	194.892	261.789

a) *Riscos trabalhistas*

Notas Explicativas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. Detalhamos abaixo as principais causas:

i. Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Foi realizada perícia judicial. Em 04 de julho de 2017 foi apresentado o laudo pericial para manifestação da CART, que apresentou sua manifestação em 04 de agosto de 2017.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de março de 2020 é de R\$ 1.580.

ii. Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente. Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3, bem como especificar provas pelas partes. Em 20 de maio de 2018 foi proferida decisão nos autos da ACP que envolve a Nascente Água do Óleo, suscitando conflito negativo de competência com a Vara Cível, portanto, o processo irá para o TJSP para julgamento do incidente processual em tela.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível em 31 de março de 2020 é de R\$ 6.812.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial e parte relacionada), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução

Notas Explicativas

de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que OAS S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART respondeu ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350.000.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A., dando continuidade ao processo arbitral firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral.

No dia 29 de junho de 2018 as partes apresentaram alegações iniciais, que foram respondidas, por ambas as partes, em 31 de agosto de 2018.

As peças foram replicadas em 28 de setembro de 2018 e as réplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018.

Em 19 de novembro de 2018, as partes especificaram as provas que pretendiam produzir e, em 24 de janeiro de 2019, pediram documentos adicionais para a contraparte.

Em 28 de fevereiro de 2019, as partes indicaram testemunhas e, em 21 de março de 2019, apresentaram proposta conjunta de cronograma para realização de Audiência de Instrução.

De 22 a 24 de maio de 2019 foi realizada Audiência de Instrução.

Em 10 e 17 de junho de 2019, as partes apresentaram documentos suplementares.

Em 01 de julho de 2019, as partes se manifestaram sobre os documentos suplementares juntados pela outra parte.

Em 31 de julho de 2019, as partes apresentaram memoriais pós-audiência e se manifestaram sobre a perícia.

Em 14 de agosto de 2019 foi expedida a Ordem Processual nº. 09, determinando à CART especificar “quais os fatos a serem comprovados por meio da perícia solicitada e não suficientemente abordados nos documentos já produzidos”, e à OAS S.A. esclarecer se mantinha “o interesse na prolação de sentença arbitral parcial de mérito sobre todo o litígio posto no Termo de Arbitragem”, até 16.08.2019. A mesma Ordem Processual facultou às Partes que, até 27.08.2019, apresentassem respostas com relação às sugestões de encaminhamento descritas nos memoriais pós-audiência e sobre as manifestações de 16.08.2019.

Em 16 de agosto de 2019, as partes atenderam ao quanto determinado na Ordem Processual nº. 09 (1ª Parte).

Em 27 de agosto de 2019, as partes atenderam ao quanto determinado na Ordem Processual nº. 09 (2ª Parte).

Em 14 de novembro de 2019, foi expedida a Ordem Processual nº 10, que determinou (i) “a realização de prova técnica adicional por meio da apresentação de laudos técnicos pelas Partes, acerca dos pontos especificamente deferidos pelo Tribunal Arbitral”; (ii) a designação de assistentes

Notas Explicativas

técnicos, que deverão apresentar Termo de Confidencialidade; (iii) a apresentação, pelas Partes, de pendrive que contenha todos os documentos a serem considerados pelos assistentes técnicos das Partes; (iv) a apresentação, pelas Partes, dos Laudos Técnicos de seus assistentes; (v) a faculdade às partes de apresentarem manifestações acerca dos Laudos Técnicos apresentados pela parte contrária e; (vi) a designação de audiência entre as Partes, assistentes técnicos e o Tribunal Arbitral com o propósito de esclarecer as conclusões dos assistentes técnicos.

Em 28 de novembro de 2019, as partes, em conjunto, sugeriram um novo cronograma provisório para apreciação do Tribunal Arbitral.

Em 06 de dezembro de 2019, as partes designaram assistentes técnicos.

Em 19 de dezembro de 2019 a CART apresentou documentos para perícia, juntou novos documentos e pugnou pelo acréscimo de dois profissionais à lista de experts; a OAS apresentou documentos para perícia e solicitou a exibição de determinados documentos pela CART.

Em 16 de janeiro de 2020, foi expedida a Ordem Processual nº 12, pela qual (i) foi deferida a juntada dos documentos apresentados por ambas as partes, em suas manifestações protocoladas em 19 de dezembro de 2019; (ii) foi deferido o pedido da CART de adição de dois novos assistentes técnicos à sua lista de experts; (iii) estabeleceu prazo até 21 de janeiro de 2020 para que a CART se manifestasse em relação ao pedido de exibição de documentos apresentado pela OAS, em sua manifestação de 19.12.2019; (iv) esclareceu que, após a manifestação da CART, o Tribunal Arbitral deliberará sobre o pedido de exibição de documentos formulado pela OAS; e (v) reiterou que as determinações constantes das Ordens Processuais nº 10 e 11 seguiriam vigentes.

Em 21 de janeiro de 2020, foi apresentada manifestação da CART informando não se opor à apresentação de documentos solicitada pela OAS, requerendo prazo de 15 dias para tentar localizá-los.

Em 27 de janeiro de 2020, foi expedida a Ordem Processual nº 13, (i) fixando prazo até 06.02.2020 para que a CART apresentasse os documentos referidos em sua manifestação de 21 de janeiro de 2020, (ii) esclarecendo que os prazos e determinações das Ordens Processuais nº 10 e 11 seriam mantidos e (iii) determinou que os documentos eventualmente apresentados pela CART deveriam ser considerados pelos assistentes técnicos, quando da elaboração dos laudos.

Em 31 de janeiro de 2020, foi apresentada manifestação da OAS por meio da qual solicitou a juntada de documentos, em decorrência de falha existente no pendrive que anteriormente enviou ao Tribunal Arbitral, e da necessidade de incluir novas provas aptas a corroborar a apuração da remuneração correspondente aos serviços adicionais que teriam sido prestados, conforme os critérios e preços do contrato de empreitada, pois tais documentos não tinham sido localizados ao momento de sua apresentação datada de 19 de dezembro de 2019.

Em 06 de fevereiro de 2020, foi apresentada manifestação da CART em que apresentou documentos, com vistas a atender ao pedido de exibição de documentos que havia sido feito pela OAS em 19 de dezembro de 2019, bem como solicitando a juntada de dois documentos novos (RDA 111-112), e, tendo em vista os novos documentos carreados aos autos, pugnano pela prorrogação de seu prazo para a apresentação de Laudos Periciais em 30 dias.

Em 07 de fevereiro de 2020, foi apresentada manifestação da OAS por meio da qual (i) solicitou prorrogação de prazo para apresentação dos Laudos Técnicos até o dia 09 de março de 2020; (ii)

Notas Explicativas

solicitou prorrogação de prazo para apresentação de manifestação aos Laudos Técnicos para o dia 12 de maio de 2020; (iii) propôs supressão do período para reunião entre assistentes técnicos; e propôs que os peritos indicados pelas Partes identificassem os pontos de convergência entre seus laudos, de forma a reunirem-se apenas após a audiência.

Em 11 de fevereiro de 2020, a CART apresentou manifestação reiterando a necessidade de prorrogação de prazo.

Em 18 de fevereiro de 2020, as Partes se manifestaram de forma conjunta, comunicando que não iriam apresentar Laudo Técnico em 20 de fevereiro de 2020; que concordam com prorrogação de prazo para apresentação dos Laudos Técnicos (divergindo quanto à extensão desse prazo, sendo que a CART requer postergação para o dia 23.03.2020, ao passo que OAS pede que o prazo seja dia 09 de março de 2020).

Em 19 de fevereiro de 2020, foi expedida a Ordem Processual n° 14, (i) acolhendo os novos documentos juntados pelas partes (especificando que deverão ser considerados quando da elaboração dos laudos técnicos); (ii) deferindo os pedidos das Partes para prorrogação dos prazos para apresentação dos Laudos Técnicos e apresentação das manifestações aos laudos técnicos, tendo em vista a juntada de novos documentos e entendimento das partes; (iii) deferindo a supressão de período de reunião dos assistentes técnicos; (iv) estabelecendo que o prazo para apresentação dos Laudos Técnicos seria postergado para 23 de março de 2020, e o prazo para apresentação de manifestações sobre os Laudos Técnicos, pelas partes, passaria a ser 12 de maio de 2020; (v) esclarecendo que a audiência para oitiva dos experts permanece para o dia 03 de junho de 2020; (vi) reiterando que as determinações do Tribunal Arbitral estabelecidos nas Ordens Processuais n° 10 e 11 permanecem vigentes.

Em 23 de março de 2020, os assistentes técnicos das Partes apresentaram seus respectivos laudos, conforme determinado nas Ordens Processuais n° 10 e 11.

Em 12 de maio de 2020, as partes apresentaram seus pareceres críticos contra os laudos periciais apresentados em 23.03.2020. A OAS requereu a juntada de novos documentos.

Em 15 de maio de 2020, foi expedida a Ordem Processual n° 15, que (i) admitiu os novos documentos apresentados pela OAS, observando que os documentos poderiam ser considerados pelas partes em suas apresentações do dia 03.06.2020; e (ii) determinou que as Partes apresentassem manifestação conjunta até o dia 22.05.2020, informando se querem redesignação da audiência de oitiva de experts (para que seja realizada de modo presencial), ou se preferem que a audiência ocorra no dia 03.06.2020, de forma remota, nos termos da Resolução Administrativa n° 40/2020 da CAM-CCBC.

Em 22 de maio de 2020, as partes apresentaram manifestação conjunta, indicando que (i) concordaram com a realização da audiência de oitiva de assistentes técnicos no dia 03.06.2020, de forma remota, nos termos da Resolução Administrativa n° 40/2020 da CAM-CCBC, bem como (ii) juntaram cronograma a ser seguido no dia da audiência.

Em 03 de junho de 2020, foi realizada audiência remota para oitiva dos assistentes técnicos das partes. Ao final da audiência, foi determinado que (i) até o dia 08.06.2020, as partes devem apresentar cálculos atualizados que levem em consideração os últimos documentos de checklist juntados pela OAS; e, (ii) até o dia 22.06.2020, as partes devem apresentar versão conjunta de correções relevantes das transcrições da audiência de oitiva dos assistentes técnicos,, bem como

Notas Explicativas

manifestações a respeito de necessidade de produção de prova adicional, ou se estão de acordo com o encerramento da instrução. Tais solicitações foram atendidas pelas partes nas respectivas datas e aguarda-se manifestação do Tribunal Arbitral.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da OAS de R\$56.900 como provável, reconhecidos como direito de concessão, R\$125.512 como possível e R\$357.613 como remoto.

Nenhum registro contábil foi realizado referente ao prognóstico dos pleitos da CART sendo R\$241.995 avaliados como ganho provável, consubstanciada na opinião de seus assessores externos.

d) Depósitos Judiciais

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de março de 2020, o montante é de R\$4.398 (em 31 de dezembro de 2019, o montante é de R\$1.746).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de março de 2020 o montante é de R\$ 16.304 (em 31 de dezembro de 2019, o montante é de R\$17.301).

13. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Infraestrutura de telecomunicação	48.441	48.189
Total	<u>48.441</u>	<u>48.189</u>
Circulante	9.856	9.060
Não circulante	38.585	39.129

Notas Explicativas

14. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>31/03/2020</u>
Não circulante	133.243	8.184	141.427
Total	<u>133.243</u>	<u>8.184</u>	<u>141.427</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2019</u>
Não circulante	118.450	14.793	133.243
Total	<u>118.450</u>	<u>14.793</u>	<u>133.243</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2020, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.560.500, representados por 6.864.138.862 ações, sendo 3.432.069.431 ações preferenciais e 3.432.069.431 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.560.500, representados por 6.864.138.862 ações, sendo 3.432.069.431 ações preferenciais e 3.432.069.431 ações ordinárias), integralmente subscritas.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
INVEPAR	<u>253.000</u>	<u>167.000</u>
	<u>253.000</u>	<u>167.000</u>

Durante o primeiro trimestre de 2020 e exercício de 2019, a controladora efetuou adiantamentos para futuro aumento de capital que totalizaram R\$86.000 e R\$ 167.000, respectivamente, tendo em

Notas Explicativas

vista a necessidade de autorização prévia da ARTESP para a incorporação dos valores ao capital social da Companhia. Cabe ressaltar a total intenção da INVEPAR na integralização deste capital, restando apenas trâmites societários.

Data da integralização	Valor	Data da integralização	Valor
07/01/2020	8.000	26/02/2019	2.000
13/01/2020	15.000	28/02/2019	500
13/03/2020	63.000	01/03/2019	3.500
		15/03/2019	66.000
		21/03/2019	3.000
		29/03/2019	3.000
		12/04/2019	8.000
		24/04/2019	5.000
		29/04/2019	19.000
		27/05/2019	20.000
		17/06/2019	9.000
		04/07/2019	23.000
		15/07/2019	5.000
Total	86.000	Total	167.000

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de março de 2020 e 2019 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	31/03/2020	31/03/2019
Receita de pedágio	96.300	92.043
Receitas acessórias	4.307	4.198
Outras receitas	-	147
Impostos, deduções e cancelamentos	(8.661)	(8.542)
Receita de serviços	91.946	87.846
Receita de construção	21.075	33.337
Receita total	113.021	121.183

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Notas Explicativas**Custos e despesas por natureza**

	31/03/2020	31/03/2019
Pessoal	(8.042)	(7.680)
Conservação e manutenção	(9.650)	(11.295)
Despesas administrativas	(6.714)	(7.380)
Operacionais	(7.285)	(7.573)
Outorga variável	(3.018)	(2.884)
Custo de construção	(21.075)	(33.337)
Provisão de manutenção	(8.184)	(8.308)
Depreciação e amortização	(29.605)	(24.371)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(954)	(25)
Outras receitas operacionais	93	16
	<u>(94.434)</u>	<u>(102.837)</u>
Custo de serviços prestados	(63.517)	(59.531)
Custo de construção	(21.075)	(33.337)
Despesas gerais e administrativas	(9.935)	(9.985)
Outras receitas operacionais	93	16
	<u>(94.434)</u>	<u>(102.837)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2020	31/03/2019
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	932	1.232
Outros	67	19
Total receitas financeiras	<u>999</u>	<u>1.251</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(271)	(155)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.053)	(11.715)
Variação monetária passiva	(13.445)	(15.402)
Juros sobre debêntures	(16.577)	(16.060)
Outros	(55)	(55)
Total despesas financeiras	<u>(39.401)</u>	<u>(43.387)</u>
Total resultado financeiro	<u>(38.402)</u>	<u>(42.136)</u>

Notas Explicativas

18. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2020			31/03/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(9.248)	(9.248)	(18.496)	(11.285)	(11.285)	(22.569)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	3.432.069	3.432.069	6.864.138	1.308.195	1.308.195	2.616.390
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,003)</u>	<u>(0,003)</u>		<u>(0,009)</u>	<u>(0,009)</u>	

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. SEGUROS

Em 31 de março de 2020, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	R\$ 42.600	16/03/2020	16/06/2020	Fator	(a)
Garantia funções operacionais	R\$ 157.732	16/03/2020	16/06/2020	Fator	(b)
Responsabilidade civil	R\$ 100.000	01/08/2019	01/08/2020	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$ 280.000	01/08/2019	01/08/2020	Tokio Marine	(d)
D&O	R\$ 100.000	04/05/2019	04/05/2020	XL Seguros	-
AUTO FROTA	Tabela FIPE	24/08/2019	24/08/2020	Porto Seguro	-
Drone	649.433	08/10/2019	08/10/2020	MAPFRE	-

Notas Explicativas

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente conforme demonstração abaixo:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros	31/03/2020		31/12/2019	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7.947	-	21.787	-
Contas a receber	-	21.937	-	22.998
Partes relacionadas	-	521	-	521
Total do ativo	7.947	22.458	21.787	23.519
Passivos				
Fornecedores	-	28.801	-	44.694
Partes relacionadas	-	-	-	4.363
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.301.152	-	1.377.823
Concessão de serviço público	-	985	-	1.099
Obrigações com empregados e administradores	-	6.707	-	6.077
Total do passivo	-	1.337.645	-	1.434.056

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 31 de março de 2020 tinham o valor de R\$985.843 (R\$988.469 em 31 de dezembro de 2019).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

Notas Explicativas

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Em 31 de março de 2020, a Companhia apresenta valores a receber de R\$21.937, sendo 55,21% deste total, valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A – CGMP, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

31 de março de 2020	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	191.126	1.105.648	4.379	1.301.153
Fornecedores	28.801	-	-	28.801
Concessão de serviço público	985	-	-	985

31 de dezembro de 2019	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	190.729	859.306	327.788	1.377.823
Fornecedores	44.694	-	-	44.694
Concessão de serviço público	1.099	-	-	1.099

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	4,27%	3,20%	2,14%
TJLP (% ao ano)	4,94%	6,18%	7,41%
IPCA Passivo (% ao ano)	0,07%	0,09%	0,11%

Os indicadores utilizados para 2020 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de março de 2020, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Notas Explicativas

Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	RESULTADO			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
BNDES	TJLP	193.644	9.566	11.967	14.349
BNDES	IPCA	187.242	131	168	206
Debênture (**)	IPCA	1.048.482	734	943	1.153
Total		1.429.368	10.431	13.078	15.708
Aplicações financeiras vinculadas (*)	DI	(96.061)	(4.102)	(3.074)	(2.055)
Total		1.333.307	6.329	10.004	13.653

(*) Registrado no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 10 e 11).

(**) Não inclui Custos a amortizar

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/03/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.301.150	1.377.823
Caixa e equivalentes de caixa	(7.947)	(21.787)
Dívida líquida	1.293.203	1.356.036
Patrimônio líquido	857.746	790.242
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.150.949	2.146.278

Notas Explicativas

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Passivos financeiros	31/03/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	315.308	-	315.308	-
Debêntures	985.843	-	985.843	-
Concessão de serviço público	985	-	985	-
Total	1.302.136	-	1.302.136	-

Mensurados a valor justo Ativos e Passivos financeiros	31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	(21.787)	-	(21.787)	-
Total	(21.787)	-	(21.787)	-
Empréstimos e financiamentos	389.354	-	389.354	-
Debêntures	988.469	-	988.469	-
Concessão de serviço público	1.099	-	1.099	-
Total	1.378.922	-	1.378.922	-

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Notas Explicativas

21. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/03/2020	31/12/2019
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	9.796	23.389
	<u>9.796</u>	<u>23.389</u>

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

ALTERAÇÃO CONTROLE ACIONÁRIO

Em 19 de dezembro de 2019, a INVEPAR assinou o contrato de Compra e Venda de ações para a venda de 100% de sua participação na Companhia. Em 23 de abril de 2020 todas as condições precedentes foram cumpridas e no dia 30 do mesmo mês a operação de venda da Companhia foi concluída e seu controle acionário transferido para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

A partir da formalização da aquisição em 30 de abril de 2020, os serviços contábeis, transacionais e tecnologia da informação continuam sendo prestados pela Invepar ao novo Acionista por tempo determinado, oportunizando a reestruturação da companhia.

O novo site da companhia CART passa a ter o domínio eletrônico <http://www.cartsp.com.br/>

COVID-19

Nas últimas semanas, foram tomadas as medidas necessárias, por parte dos governos, sociedades e da população, para conter a disseminação do Coronavírus. Como consequência, a Companhia verificou impacto direto nos seus negócios, com queda no seu desempenho operacional, como pode ser verificado nas tabelas a seguir:

(VEP mil)

COMPANHIA	abr-20	abr-19	%	mai-20	mai-19	%
CART	2.902	4.042	(28%)	3.407	4.163	(18%)

Devido a queda de demanda, esperamos redução na rubrica de Receitas de Serviços da Companhia, ocasionadas pelos efeitos das medidas globais de isolamento social. Por consequência, esperamos uma redução nas entradas de caixa operacional, apesar de as medidas adotadas para preservação do caixa, informadas na Nota explicativa nº 1.2.

A Administração da Companhia, desde o início da pandemia, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, criou um comitê para gestão desta crise, que se reúne diariamente para acompanhar e gerenciar de forma rápida e diligente os impactos relacionados ao Coronavírus, bem como determinar as providências a serem tomadas para mitigar os seus efeitos. As ações tomadas

Notas Explicativas

para a preservação da saúde dos colaboradores, de terceiros e as providências para manutenção da saúde financeira da Companhia e permanecem sob constante gestão e aprimoramento.

Por fim, a Companhia reitera que ainda há grande incerteza sobre a extensão dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia e que permanecerá atenta a toda e qualquer informação e/ou evento relacionado ao Coronavírus, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados sobre os fatores que tragam efeitos relevantes.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais ("ITR") referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ("ITR"). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações trimestrais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº 1.1 e 1.2 às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia vem incorrendo em prejuízos de forma recorrente e apresenta prejuízos acumulados de R\$ 955.754 mil no período findo em 31 de março de 2020 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 205.160 mil. Em 31 de março de 2020, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos naquelas notas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Procedimento Arbitral

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 12.c às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Em 28 de setembro de 2018 as peças foram replicadas e as réplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018. Dessa forma, em 31 de março de 2020, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos externos, mantém registrada parcela do processo arbitral com probabilidade de perda provável e realizou as divulgações referentes às perdas possíveis e aos pleitos solicitados pela Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do valor adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2020.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração os Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as informações contábeis trimestrais relativa ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 26 de junho de 2020, referente às informações contábeis trimestrais relativo ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.